

Sombra e Água Fresca

Um brasileiro comum, pagador de impostos, recém-informado de que vai ter de pagar mais impostos por requintadas deliberações da Secretaria da Receita Federal, não pode deixar de ficar admirado pelo modo como transcorrem as coisas no Congresso Nacional. O país atravessa um período de grandes apertos. Falta dinheiro para tudo (e é por isso que o contribuinte é chamado a pagar mais); mas no Congresso, não falta.

Os senhores congressistas, por exemplo, acabam de ser agraciados — cada um deles — com cheques de NCz\$ 9.053,70, referentes a *atrasados* que remontam a janeiro. Isto se deve a que, tendo decidido aumentar em 30%, há poucos dias, os seus próprios vencimentos, eles tiveram o cuidado de estipular que esse aumento retroagia a janeiro — o que revela a minúcia com que administram seus próprios assuntos. Docemente contrangidos, eles se viram, no dia seguinte, beneficiados por um segundo aumento de 30% — que o governo federal concedeu a todo o funcionalismo público, classe de que os senhores congressistas fazem parte.

No próprio Congresso, houve quem achasse que isto não ficava bem — dois aumentos com um dia de intervalo, sendo que o segundo incidia, obviamente, sobre o salário aumentado na véspera. Os deputados Geraldo Alkmin e Beth Azize apresentaram um projeto sustando o segundo aumento, pela excessiva proximidade com o aumento anterior. Foram derrotados pela *frente ampla* dos que achavam que não havia nada demais; e o deputado Gabriel Guerreiro, logo apoiado por outros, chegou a declarar que exigia o reajuste, e que “a imprensa está fazendo esse estardalhaço todo para desmoralizar esta Casa”.

Se alguém quisesse *desmoralizar a casa*, não precisaria fazer qualquer estardalhaço: bastaria contar o que aconteceu; e o efeito é exatamente o que imaginou o deputado. Deveria a imprensa escamotear a notícia para impedir a desmoralização?

A imprensa, na verdade, encontra dificuldades para noticiar as atividades do Congresso, pelo simples fato de que elas se tornaram escassas. Desde a promulgação do texto constitucional — já lá se vão oito meses — poucas coisas aconteceram no Congresso merecendo o destaque desse recente festival de aumentos.

Não há muito engano possível quanto às datas. A Constituição foi promulgada no início de outubro do ano passado. De 5 de outubro a 15 de novembro, gozaram os senhores congressistas de um período reconhecidamente calmo. A informação é de que todos faziam política, tendo em vista a proximidade da eleição municipal.

Veio a eleição. O Congresso mostrou-se, então, interessado em acompanhar a marcha da apu-

ração. Quando acabou, já repontava na folhinha o espírito do Natal. Motivo suficiente para que todo o mês de dezembro transcorresse na santa paz do Senhor.

Virou o ano; mas o *animus labutandi*, nas duas casas parlamentares, não deu sinais de aquecimento. Compreende-se: em matéria de calor, já bastava o que se associa tradicionalmente a janeiro.

Em fevereiro, algo de diferente poderia ter acontecido; mas como negar que o tríduo momeco está profundamente entranhado na psique brasileira? E lá se foi fevereiro sem que saísse fumaça do forno legislativo (mesmo se já era bem visível que diversos dispositivos constitucionais, por virtude própria ou por falta de regulamentação, engrossavam o caldo da robusta crise nacional).

Ao carnaval, segue-se o espírito da Quaresma. É período de meditação, e de eventual expiação dos excessos cometidos no decorrer da folia. Ao lado disso, é preciso considerar que o mês de março também é bastante quente. Não é senão em abril que um clima relativamente civilizado começa a produzir, no Brasil, o tipo de febre criativa que tão bons resultados proporciona em latitudes mais frias.

E assim é que, em abril, viu-se um novo fluido percorrer as duas casas do Congresso. O resultado não se fez esperar: os parlamentares concederam a si mesmos o primeiro aumento de 30% — que ia dobrar um dia depois pela feliz lembrança do Executivo de conceder 30% à categoria geral dos funcionários públicos — onde os senhores congressistas ocupam lugar tão privilegiado, já que podem ser aumentados por si mesmos e pelos outros.

Nesse meio tempo, o Executivo andou produzindo, na falta de atividade legislativa consequente, toda sorte de Medidas Provisórias. O Congresso deveria examiná-las, ou indicar alternativas. Mas isso interromperia o merecido descanso entronizado desde o fim da atividade constituinte. E assim preferiu esquecer, rejeitar ou devolver tudo o que vinha da chefia do governo — sem prejuízo do aumento retroativo a janeiro que houve por bem atribuir-se.

Chegamos, por esse caminho, ao chamado “impasse parlamentar”: o presidente da República explica que não tem poderes suficientes, desde que veio ao mundo a nova Constituição. O Congresso, que tem o poder de trocar em miúdos a nova carta, não o faz — limitando-se a tratar de assuntos como o aumento que se tornou *dose dupla*.

Em 15 de março, esse mesmo Congresso, já em fim de mandato, vai defrontar-se com um presidente eleito com maioria absoluta, e dotado de invejável legitimidade. Só então, possivelmente, teremos um fim estrondoso para o referido “impasse parlamentar”.